

Decisão sobre IPTU fica para 96

O presidente da Câmara, deputado Geraldo Magela, desistiu de autoconvocar a Casa para decidir alterar o Regimento Interno

Tony Winston

A decisão sobre o aumento das alíquotas do IPTU foi adiada para março, quando o Tribunal de Justiça do Distrito Federal julgará a legalidade da lei complementar que reajusta o tributo. Ontem pela manhã, o presidente da Câmara Legislativa, deputado Geraldo Magela, desistiu de autoconvocar a Casa para votar uma questão de ordem sobre o direito do voto do presidente. Caso tivesse sido votada, a questão poderia ter definido a legalidade do pacote.

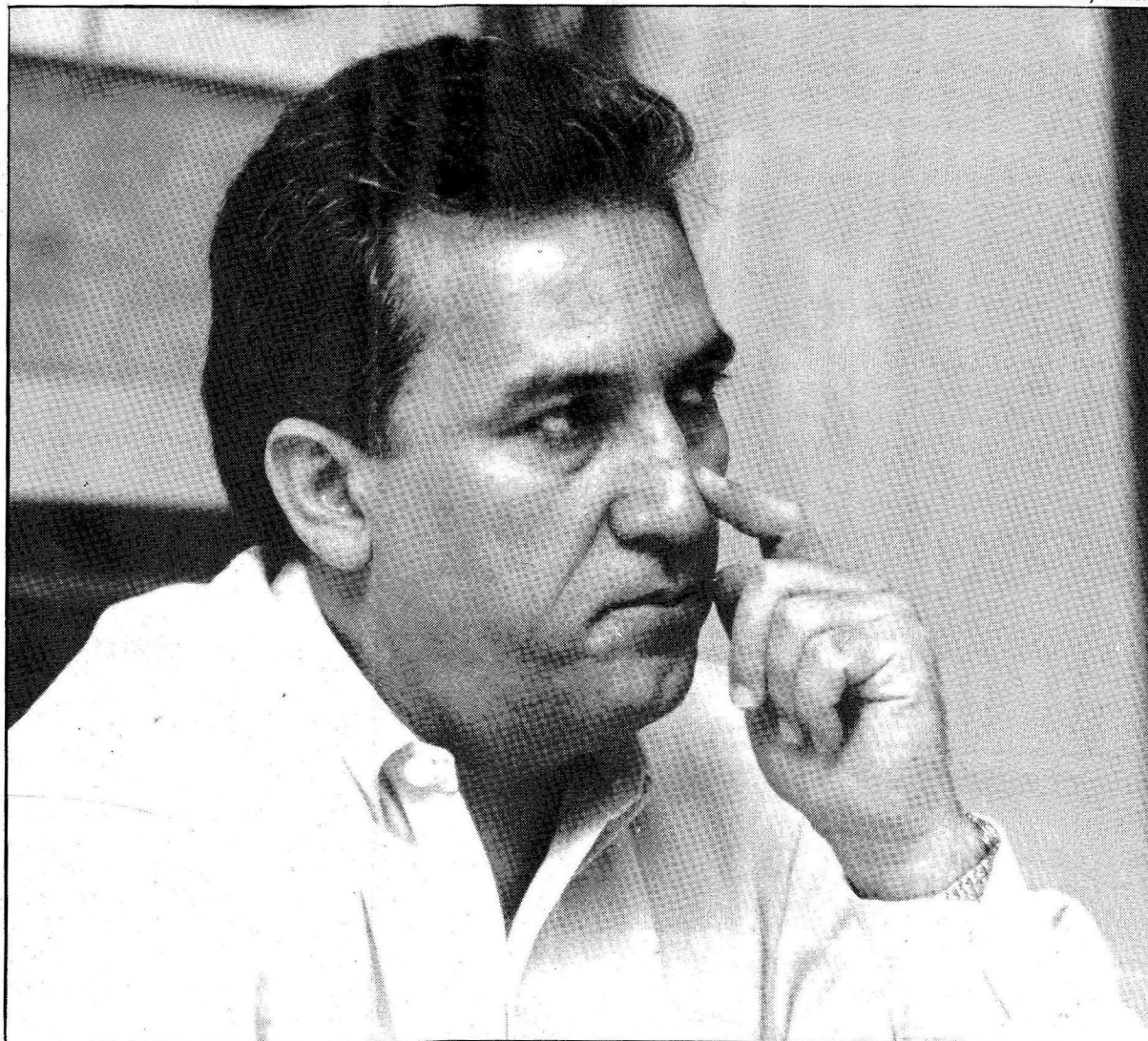
Na prática, a sessão extraordinária não resolveria o problema do governo, que em 15 dias sofreu 6 derrotas para o PMDB, no campo Judiciário. Segundo o entendimento da oposição, a validação do voto do presidente não mudaria o fato de não ter sido julgada a juridicidade da lei. A oposição poderia apresentar novas ações. O deputado Magela, entretanto, explica que não houve necessidade de autoconvocação porque o procedimento teria sido o mesmo. "Fariamos tudo como fizemos antes. Achemos que não fizemos nada de errado".

Ele negou que a desistência tenha ocorrido porque o governo não conseguiu o voto de mais um deputado para apoiar a posição do GDF. "Nós não precisávamos de mais um voto", esclareceu o presidente da Casa. Ao contrário de uma convocação feita pelo Executivo, a au-

toconvocação não implicaria no pagamento de jetons aos parlamentares. Magela reafirmou que "a interpretação da Câmara é que o presidente deve votar. É um uso costumeiro". E acrescentou que houve, ainda, a preocupação de evitar uma má interpretação por parte do Judiciário. "Convocar a Câmara poderia ser entendido como um confronto".

Corte — O governo ficou de mãos atadas. Sem os R\$ 60 milhões previstos com o aumento do IPTU, o governador já anunciou que efetuará cortes em alguns setores, principalmente em investimentos e despesas de custeio, que em outras palavras significam obras e prestação de serviços. Os empresários e comerciantes destes dois setores estiveram reunidos com o governador no fim de semana antes da votação do pacote.

Na reunião, o governador anunciou a retomada das obras logo no início do ano, caso o pacote fosse aprovado. Um dos integrantes do setor de serviços, Eugênio Lacerda, é filho do deputado César Lacerda, que mudou o seu voto no dia da votação. Segundo o deputado Geraldo Magela, "sem dinheiro, o governo não pode trabalhar e será obrigado a fazer cortes". Ele disse que o governo terá que "desenhar o melhor e o pior cenário e decidir onde deve e não deve cortar".



Magela negou que a desistência da autoconvocação tivesse sido pela falta de mais um voto